

ESTADOS FALIDOS

Estatais paulistas parcelam dívida com INSS

*Secretário da Fazenda
assina acordo para
refinanciamento de um
total de R\$ 114,5 milhões*

CLÁUDIA DIANNI
Especial para o Estado

O secretário de Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano, reuniu-se ontem com o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Crésio de Matos Rolim, para assinar um acordo de parcelamento de parte da dívida previdenciária de entidades, autarquias e fundações estaduais. O total da dívida com a Previdência é de aproximadamente R\$ 200 milhões, mas o valor negociado foi de R\$ 114,5 milhões.

O acordo inclui Secretaria da Saúde, Instituto Butantã, Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina da USP, Parque Zoológico, Memorial da América Latina e Fundação do Bem-Estar do Menor, entre outros. O resto do débito depende da adesão de mais sete entidades do Estado, que deverão formalizar o acordo até o fim do mês.

Lei — O parcelamento da dívida será feito em 96 meses, com juros de 1% ao mês. O acordo foi fechado com base na Lei 9.129/95, que permitiu que empresas que fizessem o pedido de parcelamento da dívida com a Previdência até julho pudessem dividir o pagamento. A primeira parcela, de R\$ 2,7 milhões, vence em 20 de novembro.

Durante a solenidade para assinatura do contrato entre o Estado e o INSS, na sede do instituto na Capital, Nakano não quis falar sobre a reunião de quinta-feira em Bra-



Nakano: venda do Banespa não foi discutida com Parente e Portugal



PRAZO É DE
96 MESES,
COM JUROS
DE 1% AO MÊS

sília com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário do Tesouro, Murilo Portugal. O encontro serviu para discutir a renegociação da dívida do Estado, estimada em R\$ 58 bilhões.

Nakano afirmou que a privatização do Banespa não entrou na pauta da reunião. Segundo a assessoria da Secretaria da Fazenda, este foi o primeiro de uma série de encontros em Brasília para definir o paga-

mento da parte do débito do Estado que inclui o Banespa e a dívida mobiliária, que totalizam R\$ 38 bilhões. A assessoria informou que nenhum acordo foi concluído, mas o secretário verificou o que a União espera do Estado quanto ao saneamento da dívida e qual é a prioridade de privatização.

O governo do Estado reivindica o mesmo tratamento dado Minas Gerais e Rio Grande do Sul para o pagamento da dívida. Os governadores desses Estados vão renegociar as dívidas mobiliárias e contratuais em um prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano. Mas se comprometeram a realizar programas de privatização até atingir 20% do valor da dívida, incluindo a venda dos bancos estaduais.